



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8467 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

O LEGADO DE FÚLVIA ROSEMBERG PARA A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E DESEMPENHO ESCOLAR FEMININO

Jaqueline Aparecida Barbosa - UFG - Universidade Federal de Goiás

O LEGADO DE FÚLVIA ROSEMBERG PARA A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E DESEMPENHO ESCOLAR FEMININO

Introdução

O desempenho escolar é assunto caro à educação, configurando-se como um fenômeno complexo por se tratar de questão multifatorial, que não se deixa apreender por meio de interpretações simplistas da realidade educacional. É, assim, tema importante também para os estudos de gênero, pois por meio da análise da configuração do desempenho escolar podemos perceber como ocorre a diferenciação de acesso e permanência na escola entre mulheres e homens, meninas e meninos. Para além disso, possibilita a análise de como a escola pode contribuir para a inclusão ou exclusão de estudantes a partir de uma visão generificada dos sujeitos que ali se encontram.

Muitas pesquisas sobre o desempenho escolar diferenciado mencionado acima foram conduzidas por Fúlvia Rosemberg e colaboradoras. Esta pesquisadora, que desde a década de 1970 esteve vinculada principalmente à Fundação Carlos Chagas (FCC) e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), se envolveu com muitos objetos de pesquisa: a escolarização feminina, estereótipos sexuais nos livros infantis, o movimento por creches, questões raciais e escolarização, a democratização do acesso à universidade pública, entre outros. Pioneira na área dos estudos cujo enfoque é o processo de escolarização feminina, desde meados da década de 1970 Rosemberg o analisa, tanto numa perspectiva quantitativa, considerando os números disponíveis sobre educação formal para mulheres e homens, por exemplo, quanto qualitativamente, como quando discute as agendas de pesquisa de movimentos e instituições diversas.

Neste sentido, a proposta neste resumo expandido - um trecho adaptado dos resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado em educação - é arrolar e discutir brevemente alguns dos textos que comunicam pesquisas sobre o processo de escolarização

feminino levadas à cabo por Rosemberg.

Gênero e desempenho escolar de mulheres: o legado de Fúlvia Rosemberg

Em comunicação apresentada na XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 1975 e intitulada “A escola e as diferenças sexuais”, Fúlvia Rosemberg discutiu dados estatísticos levantados em diversas bases (IBGE, Departamento de Estatística, entre outros) do Brasil e do estado de São Paulo sobre “as diferenças de escolaridade entre os sexos”. Tratava-se de uma etapa preliminar de uma pesquisa maior sobre “os modelos de papéis sexuais veiculados pela escola” (ROSEMBERG, 1975, p. 78). A pesquisadora analisou nesta ocasião os dados agrupados em três itens - alfabetização, população escolarizada e rendimento escolar -, e aqui destacamos o terceiro item, que foi novamente dividido em três: conclusões de curso, aprovação e reprovação e atraso de escolaridade.

Neste estudo ela constatou que ainda que prevalecesse uma taxa de escolarização favorável aos homens, já era possível apontar que a população feminina apresentava um melhor rendimento escolar, o que poderia ser constatado pela menor taxa de reprovação, maior taxa de conclusão de cursos e maior adequação idade-série entre as meninas/mulheres (ROSEMBERG, 1975, p. 84). A autora descartou a explicação vigente neste período na literatura internacional de que o maior número de docentes do sexo feminino acabaria por criar um ambiente de proteção às meninas e rechaço ao masculino, e se reporta às conclusões de estudos brasileiros que, naquele momento, apontavam para a maior convergência entre a exigência familiar e escolar de imposição de passividade às meninas, enquanto o menino viveria uma situação de desacordo de expectativas, isto é, “a escola e o mundo a lhe exigirem comportamentos diversos, passivo e combativo” (ROSEMBERG, 1975, p. 84).

No ano de 1990 Rosemberg, em conjunto com Edith Pompeu Piza e Thereza Montenegro, publicou *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*, livro que se propõe “a efetuar um balanço crítico da produção acadêmica sobre mulher e educação formal no Brasil, apoiada em levantamento bibliográfico que cobriu o período 1975-1989” (ROSEMBERG *et al*, 1990, p. 33). Dividido em duas partes, estado da arte e bibliografia, o livro abarca temas como corpo, história, trabalho e escolaridade, que trazem dados bastante interessantes referentes ao período citado.

No que tange ao tópico escolaridade, as autoras apontam a existência de diversas pesquisas sobre o tema entre 1975 - ano da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) do considerado Ano Internacional da Mulher - e 1989, a maioria levando em consideração os levantamentos estatísticos educacionais disponíveis a partir de então. Desde 1975 a preocupação com a educação feminina no Brasil, diferente da apresentada em alguns outros países apontados como subdesenvolvidos, se volta para a discriminação, que “não ocorre quanto ao acesso, permanência e rendimento escolar feminino, mas na guetização sexual das carreiras escolares e na restrição, equivalente à masculina, ao acesso e permanência na escola para os segmentos mais pobres da população” (ROSEMBERG *et al*, 1990, p. 36). Estudos da segunda metade da década de 1980 continuaram a apontar uma feminização de certas carreiras, que perderiam prestígio ao serem escolhidas por mulheres. Com relação aos/as estudantes, neste recorte temporal as pesquisas destacavam os/as alfabetizando/as, inclusive adultos por meio do MOBREAL, e os/as secundaristas, com ênfase nas normalistas, e poucos versavam sobre os/as escolares dos demais anos do ensino fundamental e da educação infantil (ROSEMBERG *et al*, 1990, p. 39).

As pesquisadoras apontaram que as mudanças ocorridas no Brasil desde 1970

permitiram que as pesquisas acadêmicas deixassem de buscar em fatores externos à escola os motivos da menor presença masculina no Ensino Médio, por exemplo, e se voltassem para o interior da escola, buscando nos processos dos sistemas de ensino os motivos para essa defasagem. As relações de gênero, partindo deste contexto, constam definitivamente entre as categorias explicativas para a compreensão de fenômenos educacionais (ROSEMBERG *et al.*, 1990, p. 41).

Elas se referiram também às pesquisas que se baseavam nos papéis e estereótipos de gênero. Além da visão de que a escola apenas reproduziria o sexismo advindo de fora de seu espaço, como se ela estivesse apartada da realidade social que a cerca e fosse isenta de manifestações próprias, “outro ponto de consenso é de que a escola seja sexista. Não há qualquer insinuação, ou sombra de dúvida, que a escola possa se constituir em espaço social onde as mulheres vivam, de forma menos acentuada, as subordinações de gênero” (ROSEMBERG *et al.*, 1990, p. 50). Isto é, não havia nestas pesquisas a hipótese de trabalho de que a escola muitas vezes pudesse se constituir como um espaço talvez menos sexista que outros para crianças e jovens, que enfrentariam muito mais interditos desta ordem em casa ou na igreja que porventura frequentassem, por exemplo.

Já no ano de 2001, Rosemberg publicou alguns trabalhos que miram a década de 1990. Neste período as reformas de cunho neoliberal tiveram grande impacto nas políticas públicas e conseqüentemente nas pesquisas acadêmicas decorrentes. Estas pesquisas partiam muitas vezes de panoramas globais, com informações fomentadas principalmente pela ONU, e não apresentavam as especificidades locais com relação à educação das meninas, o que gerava a adoção de metas uniforme entre os países, e que por isso se mostravam pouco eficientes ou mesmo equivocadas.

Destacamos a ponderação de que as conclusões das análises dos dados e documentos produzidos por órgãos do governo, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e alguns movimentos de mulheres demonstram a existência de duas posturas frente aos dados disponíveis: euforia (em parte injustificada, pois muitos são os desafios da educação brasileira que vão além da reversão do hiato de gênero); e a impressão de que “seria ‘menos feminista’ apreender o maior êxito de meninas e moças na escola” (ROSEMBERG, 2001, p. 517). Assim, a autora afirma que procurou

[...] apontar e interpretar descompassos na produção de conhecimentos entre os campos da Educação e dos Estudos sobre mulheres/feministas/de gênero. Nesta perambulação, fui apreendendo o profundo desconhecimento sobre a situação de homens e mulheres e sobre as dinâmicas do masculino e do feminino no sistema educacional além de equívocos de interpretação compartilhados, infelizmente, por correntes progressistas e conservadoras, por exemplo, por tendências do Movimento de Mulheres e pelo Banco Mundial. (ROSEMBERG, 2001, p. 151)

A problematização da euforia em torno da reversão do hiato de gênero (*gender gap*) esteve presente na discussão feita pela pesquisadora. Ela não o questiona, obviamente, pois é notória a diferença de números referentes à escolarização de meninos e meninas em benefício destas, o que mostra que as mulheres conseguiram paulatinamente reduzir, extinguir e reverter a defasagem educacional da qual foram alvo ao longo do século passado. O que a autora aponta, entretanto, é que

[...] este foco se mostra insuficiente para apreender as hierarquias sociais. As desigualdades sociais não são apreendidas apenas a partir dos indicadores específicos, mas também dos indicadores gerais. Portanto, o monitoramento do progresso das mulheres na educação deve estar atento não apenas ao *gender gap*, mas também à concepção de homem e mulher, adulto e criança que orienta tanto as políticas específicas, quanto as chamadas políticas universalistas e que benefício essas políticas estão trazendo para as mulheres. A nosso ver, a formulação e o monitoramento de políticas educacionais a partir de uma perspectiva de gênero focada exclusivamente no acesso, deixa escapar importantes dimensões da complexa estrutura de desigualdades que define e é definida pela educação nacional. (ROSEMBERG; MADSEN, 2011, p. 392)

Trouxemos, neste texto, um breve apanhado da discussão sobre desempenho escolar feminino em Fúlvia Rosemberg focando, devido à falta de espaço, em um trabalho por década, de forma que fossem representativos da postura investigativa adotada neste percurso longitudinal da carreira da pesquisadora, evidenciando as explicações e problematizações trazidas por ela desde o ano de 1975 até 2011.

Considerações finais

Evidenciamos a obra de Fúlvia Rosemberg por sua importância histórica para o estudo da escolarização formal feminina na perspectiva dos estudos de gênero, uma vez que as pesquisas desenvolvidas ao longo de sua trajetória de pesquisa foram duplamente pioneiras: não apenas por abordar um tema pouco discutido no Brasil num primeiro momento, mas por o fazer de forma a questionar respostas que não levavam em conta a complexidade do assunto e as peculiaridades do debate no contexto educacional brasileiro. Perspectivas de gênero, raciais, socioeconômicas e geracionais são colocadas em pauta em muitas de suas análises, antes inclusive que tivessem a visibilidade acadêmica que possuem atualmente, o que nos levou também a destacar o vanguardismo das constatações desta pesquisadora.

REFERÊNCIAS

ROSEMBERG, Fúlvia. A escola e as diferenças sexuais. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, p. 78-85, dez.1975.

_____.; PIZA, Edith P.; MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: INEP/REDUC, 1990.

_____. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*. Ano 9. 2/2001. pp. 515-540.

_____.; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARNSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, p. 390-434, 2011.

Palavras-chave: Fúlvia Rosemberg; Escolarização feminina; Desempenho escolar; Gênero.